

**OS ACERVOS PESSOAIS: MEMÓRIA E IDENTIDADE NA PRODUÇÃO E  
GUARDA DOS REGISTROS DE SI. \***

Janete Leiko TANNO\*\*

**Resumo:** Nesse artigo, tratamos dos arquivos pessoais em suas várias manifestações e das diferenças entre eles, assim como das motivações e injunções que levam alguém a produzir e acumular documentos sobre si. Fazemos ainda um breve comentário sobre duas práticas e metodologias de pesquisa cujo principal personagem é o indivíduo.

**Palavras-Chave:** acervos pessoais, memória, identidade.

**Abstract:** In this article, we search the personal archives in its various manifestations and differences among them, as well as the motivations and injunctions which take someone to produce and to accumulate documents about himself. We still make a short commentary about both practicals and methodologies of research whose main character is the person itself.

**Key-words:** personal archives, memory, identity.

Se os escritos de si e os interesses por eles acentuaram-se desde o século XIX na Europa, vemos que atualmente tornaram-se bem mais abrangentes, não somente porque dizem respeito à vida de qualquer pessoa, e não apenas às figuras proeminentes da sociedade, como também porque os escritos de si tornaram-se objeto de pesquisa por parte dos especialistas das ciências humanas, em especial, os historiadores.

A valorização do indivíduo como sujeito histórico, que, nas brechas deixadas pelo sistema, pode fazer determinadas opções e assim tomar a direção de sua vida, foi trazida com a História Nova e os interesses pelo temas ligados ao cotidiano, ao comportamento, às experiências de vida.

Partimos do sujeito diluído nas classes e estruturas para o homem de carne e osso, o qual de uma forma mais efetiva produz sua vida, que na modernidade transformou-se em história<sup>1</sup>.

Sabemos que sob a nomenclatura Arquivos Pessoais designamos as mais diversas formas de escritas de si e o acúmulo de inúmeros documentos e registros relativos à vida pessoal, profissional, cultural, política e pública de uma pessoa, seja ela uma figura conhecida ou ordinária. Dentre os escritos de si, sob a forma de narrativa, temos as biografias, as autobiografias, as memórias, os diários íntimos e as histórias de vida. Se todos dizem respeito à história de um indivíduo, guardam porém diferenças significativas entre eles.

A autobiografia, por exemplo, na concepção de Philippe Lejeune, caracteriza-se por ser “uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, acentuando sua vida individual, particularmente a história de sua personalidade”. Além disso, para Lejeune, a autobiografia implica necessariamente a identidade entre autor, narrador e personagem, vínculo este de que o leitor não pode duvidar<sup>2</sup>. Na autobiografia também não existe a interferência de terceiros, o autor escolhe o que narrar e como narrar sua história.

Em relação às histórias de vida e biografias há sempre a intermediação de um outro que não o autor, sendo que, nas primeiras, o narrador recupera suas reminiscências com a ajuda do pesquisador, portanto é um trabalho conjunto. As biografias caracterizam-se por ser a história de alguém escrita por um outro. A complexidade desse gênero é apontada por Giovanni Levi na tipologia que faz dele no texto *Usos da Biografia: prosopografia e biografia modal, biografia e contexto, biografia e os casos extremos e biografia e hermenêutica*<sup>3</sup>, cada qual focando aspectos diferenciados da realidade social.

Lembremos também dos diários nos quais o tempo da escrita é quase o do presente, inexistente a visão em retrospecto da narrativa. E as memórias, nas quais o assunto principal não é a vida individual, mas uma narrativa em que o autor coloca-se como testemunho de seu tempo para relatar episódios importantes da história dos quais foi testemunha ocular. E por fim, as cartas, que podem tratar dos mais variados assuntos e servir a diversos interesses e expectativas, tanto dos remetentes quanto dos que as recebem e, atualmente, também dos pesquisadores.

A importância desse tipo de documentação para os historiadores pode ser comprovada pela recente publicação do livro organizado por Ângela de Castro Gomes, *Escrita de Si. Escrita da História*<sup>4</sup>, o qual reúne artigos que têm como fonte principal as correspondências trocadas entre personalidades públicas, entre outros. Além dessa referência, muitos outros trabalhos foram desenvolvidos tendo como núcleo documental as cartas, sejam elas trocadas entre pessoas conhecidas no meio intelectual, político e literário e mesmo aquelas cujos remetentes eram pessoas comuns e que por força das circunstâncias foram obrigadas a recorrer à prática epistolar para tentar salvar seus familiares<sup>5</sup>.

A correspondência como uma forma de escrita de si implica uma relação de troca (informações, pedidos, confidências) entre o remetente e o destinatário que se revezam nesses papéis; é, portanto, segundo Ângela de Castro Gomes, uma prática relacional que envolve quem escreve e quem lê, sendo que cabe ao destinatário preservar ou não as cartas. De acordo com a autora, “a idéia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas”<sup>6</sup>.

Ao tratar da temática dos arquivos pessoais, Renato Janine Ribeiro lembra que além de documentos, as pessoas guardam objetos, portanto, as coleções dos mais diversos tipos de objetos também são parte dos arquivos pessoais. Ele trata das coleções do ordinário, dos objetos da vida cotidiana, a que todos têm acesso e que são produzidos aos milhões. Segundo

ele, o que distingue tal tipo de coleção é que, [...] “isso parte exatamente do oposto daquilo que seria a memória instituída como grande, digamos, o arquivo presidencial [...] E no entanto ela se justifica porque, primeiro, essa multidão de objetos iguais se destrói, à medida que o colecionado é justamente o efêmero e dele resta pouquíssimo”<sup>7</sup>.

Ao definir coleção como “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”<sup>8</sup>, Pomian revela outros tipos de coleções, além daqueles dos museus e dos de objetos particulares atuais, como as tumbas funerárias, as oferendas dos templos dos deuses gregos e romanos, os presentes e despojos de guerra, os tesouros principescos etc.

Também fazem parte dos arquivos pessoais outros tipos de documentos guardados e organizados para responder a uma injunção social como o Registro Geral, o Cadastro de Pessoa Física, além dos comprovantes de pagamentos, os álbuns de família, os diplomas, as correspondências etc. Portanto, ao refletirmos sobre arquivos pessoais, estamos falando de uma gama diversificada e diferente de registros de si, que exigem também diferentes compreensões e formas de análise por parte dos estudiosos, em geral. Parece que uma das primeiras questões sobre o qual devemos nos debruçar ao estudarmos esse tema é: por que arquivamos as nossas vidas?

Para responder a tal indagação observamos duas modalidades de arquivos pessoais que respondem a diferentes motivações e geram diferentes arquivos:

- 1) o arquivo de pessoal que responde a uma injunção social;
- 2) o arquivo de pessoas públicas (políticos, literatos, cientistas), guardado em instituições.

A primeira, como vimos, responde a uma injunção social e sob ela não temos controle total, visto que mesmo que não sejamos um bom arquivista, o Estado mantém nossos registros e por meio deles procura nos identificar e controlar.

Todos nós, logo que nascemos somos inscritos na sociedade, devemos ser identificados e comprovarmos nossa existência perante o Estado e a sociedade. Nossos pais, então, vão ao cartório mais próximo e lavram a nossa certidão de nascimento que registra quem somos: nome completo, filho de tal pai e tal mãe, descendente materno de tal família e paterno de outra, nascido nessa cidade em ano, dia e horário específicos. Desde esse nosso primeiro registro por meio do qual somos inseridos no social, cotidianamente e, ao longo do resto das nossas vidas, arquivamos inúmeros outros documentos e assim deixamos diversos vestígios da nossa existência, como os registros de nascimento, batismo, óbito, notas, contracheques, comprovantes de pagamento, passagens, declarações de imposto de renda, o Registro Geral, o Cadastro de Pessoa Física, o título de eleitor, a carteira de motorista e de trabalho, os cadastros escolares, bancários, os álbuns de família, de viagens, dos filhos, os

diplomas e certificados. Além da correspondência, mesmo que eletrônica. Por conseguinte, é comum dispensarmos algum tempo a arquivar esses comprovantes e também a arrumar toda essa papelada acumulada, descartando alguns e guardando outros. É preciso lembrar que tal arrumação muda conforme nossas expectativas e necessidades diante da vida. Quem não possui esse tipo de arquivo, segundo Artières, é considerado anormal. “O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico”<sup>9</sup>. Entretanto, escolhemos o que arquivar, o que queremos deixar para a posteridade, manipulamos nossos arquivos. Segundo Artières, [...] “a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar as nossas vidas”<sup>10</sup>.

A valorização dos arquivos pessoais está ligada, desde o século XVIII, ao crescente poder da escrita que se estendeu para o nosso cotidiano, afinal, para existir é preciso inscrever-se, seja nos registros civis, nas fichas médicas, escolares ou bancárias. Desde muito tempo e principalmente hoje, percebemos claramente a necessidade de arquivar documentos para podermos existir, trabalhar, participar de certas instituições, para estarmos inseridos na sociedade como cidadãos. De vez em quando necessitamos apresentar vários documentos: CIC, RG, conta de água ou luz, comprovante de renda, de votação. Se não tivermos algum deles somos impedidos de ter uma conta em banco, de participar de concursos públicos ou de comprar algo que gostaríamos ou de que precisamos. Portanto, somos excluídos porque não fomos bons arquivistas. Nesse sentido, os arquivos pessoais estão relacionados aos processos de integração e exclusão social. Se não apresentamos os devidos papéis, não temos direitos a isso ou aquilo, somos punidos.

Artières explicita a importância e a necessidade do arquivamento do eu, nas seguintes palavras:

Mas essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso, devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano<sup>11</sup>.

A partir da análise dos escritos autobiográficos de Emile Nouguier<sup>12</sup>, Artières estabelece algumas posturas acerca dos escritos de si como o fato de arquivar a própria vida não ser privilégio de homens ilustres, porém ela não é uma prática neutra, visa sempre estabelecer uma identidade com a qual a pessoa quer ser lembrada. Para o autor, arquivar a própria vida é ainda uma prática dinâmica e plural que tem por objetivo um futuro leitor. Nesse sentido, o papel do destinatário do discurso é sempre algo relevante a ser levado em conta na leitura e análise desse tipo de narrativa.

Em comum com todas essas formas de arquivos está a necessidade de constituição de uma identidade, de uma afirmação do próprio sujeito perante si e os outros. Artières percebe no arquivamento do eu a afirmação de identidade e também um mecanismo de resistência. Janine Ribeiro trabalha um outro viés e fala do acúmulo de registros de si como forma de forjar uma glória de si mesmo<sup>13</sup>.

Para discutirmos melhor a segunda modalidade de arquivo e responder a questão das motivações que levam alguém a arquivar sua própria vida, começaremos esclarecendo o conceito de arquivos pessoais, segundo a arquivística. De acordo com Belloto,

Arquivo pessoal é entendido como o [...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade<sup>14</sup>.

Vimos que, para a arquivologia, os arquivos de homens comuns não interessa, ela dá importância somente às figuras proeminentes da sociedade. Entretanto, devemos lembrar que a História Oral valoriza as pessoas de todos os setores sociais, sem distinção alguma. Além disso, o crescente interesse dos historiadores pelos escritos de si, em especial os diários íntimos, as autobiografias, estimulou a doação ou os escritos de si de pessoas comuns em diversos países da Europa, como mostra o trabalho de Philippe Lejeune na França com o Guarda– memória<sup>15</sup>.

Nesse segundo tipo de arquivo, geralmente, encontramos documentos relativos às atividades profissionais, políticas e culturais do titular produzidos por ele ou pela instituição sob seu comando, e mesmo escritos de terceiros sobre ele. Nesse sentido, o arquivo pessoal de pessoas públicas responde a motivações diferentes para o acúmulo e guarda de documentos sobre si, não somente por injunção social, mas pelo tipo de atividade profissional desenvolvida pelo titular, podendo mesmo ter a intenção de uma futura autobiografia, como fez Gustavo Capanema, ato explicitado por Priscila Fraiz no artigo "A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema".

De acordo com a análise de Fraiz, Capanema organizou de forma sistemática os documentos relativos a sua vida pública e produziu cerca de sete mil fragmentos autobiográficos visando escrever uma futura autobiografia, tarefa nunca realizada. Segundo ela, [...] "o arquivo privado de Gustavo Capanema é seu projeto autobiográfico porque construindo seu arquivo, ele constrói sua expressão individual, sua imagem, seu eu, efetuando o pacto com o leitor (no caso, o usuário do arquivo). É como se Capanema estivesse dizendo: "você está lendo a minha vida, construída e escrita por mim" <sup>16</sup>.

Apoiados na análise de Heymann no artigo "Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller", discutiremos as inúmeras intervenções que sofrem os arquivos pessoais de personalidades públicas antes de estarem disponíveis ao público e seus significados para os pesquisadores.

Heymann chama a atenção, em sua análise, para a unidade perseguida pelo titular ou por auxiliares que organizaram o arquivo pessoal. Nesse sentido, a autora diz que a crítica de Bourdieu<sup>17</sup> em relação às biografias pode também ser pensada em relação aos arquivos pessoais, visto que a desejada unidade e coerência perseguida e construída pelo biógrafo ou pelo responsável pelo arquivo não corresponde à história de vida do biografado ou a seu arquivo, que se exprimem pela descontinuidade, pela fragmentação e incoerência. Segundo Heymann,

No caso dos arquivos pessoais, a idéia de unidade poderia ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos "fatos" relevantes da vida do titular, além de orientado para constituir uma fonte para a pesquisa histórica. Nesse caso, o encadeamento narrativo poderia ser comparado à seqüência descritiva dos inventários, nos quais as unidades documentais são geralmente apresentadas seguindo a cronologia da trajetória do titular. Não há menção às lacunas documentais, à história da constituição daquele acervo – na qual podem ter atuado outros agentes além do titular-, nem às opções que orientaram o trabalho arquivístico e definem um particular arranjo dos documentos entre os vários possíveis<sup>18</sup>.

Heymann lembra ainda as inúmeras interferências – do titular e do auxiliar (secretário) na fase de acumulação; dos familiares após a morte do titular que dão novo rearranjo ao arquivo baseado em interesses diversos; da instituição que recebe o material – na constituição dos arquivos pessoais, levando-nos a repensar a pretensa idéia de unidade e neutralidade destes que, em geral, são reforçadas pelos doadores e pelos arquivistas no trato com tais documentos e nos arranjos deles.

Assim como os arquivos pessoais, os arquivos privados de personalidades públicas também sofrem as interferências da eterna reconstrução da memória e da identidade e, conseqüentemente, as preferências e opiniões de hoje podem não ser as de amanhã, levando a pessoa a repensar o que deve ser guardado e o que deve ser excluído do seu acervo. Assim como a vida é reinterpretada e redefinida ao longo da sua trajetória, os documentos também seguem essa mesma lógica e esta deve corresponder à identidade do momento presente. Para Heymann, ao nos depararmos com um arquivo, estamos diante da cristalização de um momento ou situação de memória. Ele pode sempre ser refeito antes de chegar ao arquivo público.

Luciana Heymann observa ainda que, se o arquivo Capanema pode ser lido como uma autobiografia, outros tipos de arquivos privados de pessoas públicas, organizados por terceiros, podem ser visto como uma biografia.

Conforme vimos, os arquivos pessoais dizem respeito à história de um indivíduo, de uma personalidade, portanto, é o particular que informa o social, é o micro que pode ajudar a desvelar o macro. Sabemos que uma das correntes historiográficas que tem por temática preferencial a vida de um indivíduo comum é a micro-história e também que a metodologia da história oral dá importância a todos os sujeitos sociais. Logo, são essas duas práticas historiográficas que melhor informam teórica e metodologicamente as fontes providas dos arquivos pessoais.

Gostaria de lembrar também que um dos pontos em comum existentes entre as diversas formas de escrita de si, memórias, autobiografias e a micro-história é a narrativa. Esta é, por excelência, a forma de escrita destas manifestações que têm como personagem central o indivíduo.

Quando falamos de arquivos pessoais, estamos tratando da constituição do sujeito em sociedade, inserido e engendrado nas tramas cotidianas da sobrevivência em algum lugar e época histórica. Rastrear seu modo de vida, suas experiências e sua inserção em algum grupo social estabelecido e seus conflitos internos e com o meio em que vive é uma prática de pesquisa que requer alguns instrumentos que são oferecidos pela micro-história.

De uma história social inaugurada a partir de 1929, com Bloch e Febvre e depois continuada por Braudel, os *Annales* constituíram diversos campos de saber a partir de empréstimos de métodos e abordagens das disciplinas vizinhas. Desprezando uma história baseada no singular e único, para o repetitivo e de longa duração, os historiadores dos *Annales* privilegiaram os fenômenos sociais cujas análises baseavam-se na seriação e no quantitativo. Entretanto, esse modelo de história social, serial e quantitativa, entra em crise nos anos 70 e 80<sup>19</sup>.

A micro-história nasceu ao longo dos anos 70 como tentativa de responder a essa crise e a partir de alguns questionamentos formulados por um pequeno grupo de historiadores italianos envolvidos em projetos comuns, como a revista *Quaderni Storici* e a, partir de 1980, uma coleção dirigida por C. Ginsburg e G. Levi, na editora Einaudi, chamada de *Microstorie*. Nas palavras de Revel, [...] “foi do confronto entre essas experiências heterogêneas de pesquisa, de uma reflexão crítica sobre a produção histórica contemporânea, de uma gama bastante aberta de leituras (antropológicas principalmente, mas também em áreas mais inesperadas, como a da história da arte, por exemplo), que pouco a pouco emergiram formulações (interrogações, uma temática, sugestões) comuns”<sup>20</sup>.

A micro-história é definida como uma prática de historiadores, como uma experiência de pesquisa, o que explica o caráter empírico de suas abordagens, sem uma teoria específica.

Prática baseada essencialmente na redução da escala de observação e numa análise minuciosa e intensiva dos documentos.

No livro *O Queijo e os Vermes*, C. Ginsburg utiliza como método de análise a micro-história. Neste, faz uma reflexão sobre um método de análise microscópica, baseada em indícios, em fragmentos para recompor a realidade mais ampla em que vivia Menocchio, um moleiro italiano do século XVI, condenado como herege pela Inquisição. É, porém, em outro texto que Ginsburg tratará deste método. Em *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*<sup>21</sup>, o mesmo autor explicita como é esse método de análise histórica, buscando suas raízes no paradigma indiciário que emergiu no final do século XIX nas Ciências Humanas.

É interessante observar que Ginsburg segue o método indiciário na construção do próprio texto para mostrar como se deu a emergência desse paradigma no final do século XIX. Mas, afinal, o que é o paradigma indiciário?

De acordo com o autor, o paradigma indiciário é um método de trabalho ou de pesquisa baseado em indícios, em pequenas pistas, no que é tido como marginal, mas que é capaz de remontar a uma realidade mais complexa, de dar sustentação a conclusões mais amplas e, portanto, de dar conta também de uma realidade maior do que o objeto de pesquisa em si.

Ginsburg inicia então seu texto<sup>22</sup> falando do médico Giovanni Morelli que, no final do século XIX, escreveu textos sobre a pintura italiana e propôs um método para devolver os quadros a seus verdadeiros donos e também para distinguir os falsos dos verdadeiros. O método que o médico adotou era baseado na verificação dos pormenores, como a orelha, as unhas, os dedos que acabavam denunciando a falsidade dos quadros, ou a autoria errada de uma determinada obra. Em seguida, Ginsburg fala do trabalho de Conan Doyle, que utilizou o mesmo método indiciário nos seus romances policiais e ainda de como Freud foi influenciado pela leitura dos textos de Morelli nas suas reflexões sobre a psicanálise. Para o autor, o que se tem, então, no final do século XIX, é a afirmação nas ciências humanas de um paradigma indiciário baseado na semiótica. Podemos perguntar-nos ainda, quais eram as raízes desse paradigma.

O autor vai buscá-las na antiguidade, percorrendo então um longo caminho, por meio de vários séculos e diferentes espaços, para demonstrar como o paradigma indiciário esteve presente em vários campos do conhecimento humano. Ao fazer essa trajetória, o autor demonstra como, desde sua origem venatória, o caráter individualizante, indireto e conjectural do paradigma permaneceu ao longo dos séculos e como foi utilizado para a construção de novos saberes. A medicina foi, por excelência, a disciplina cujo método sempre foi o indiciário e como o médico, o conhecimento histórico é também indireto, indiciário e conjectural.

Conforme foi apontado, a história Oral é também uma metodologia de pesquisa cujo centro de preocupação são as experiências de vida do homem inserido no social. Definido como uma metodologia de pesquisa e de produção de fontes para a história contemporânea, a

História Oral tornou-se, nas últimas décadas, uma forma privilegiada de análise de temáticas ligadas ao cotidiano, às formas de representações políticas da história imediata, às minorias, às produções de memórias de grupos, etnias, religiões, entre outras.

Sabemos que as fontes orais são frutos das diversas memórias de uma pessoa, ainda que sofra a interferência do pesquisador. Nesse sentido, para Portelli, **a história oral é uma ciência e arte do indivíduo**. Ainda que a memória esteja moldada de diversas formas pelo social acarretando então versões semelhantes ou contraditórias de um mesmo fato, por ela ser individual, jamais as lembranças de duas pessoas são exatamente iguais<sup>23</sup>. De acordo com essa perspectiva, o termo – já consagrado – de “memória coletiva”, para Portelli, deve ser evitado. Ao falar sobre o seu conceito de História oral, afirma:

Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos<sup>24</sup>[...].

Por conseguinte, o campo da história oral é extremamente profícuo nas análises da constituição da memória. Se anteriormente as críticas à História oral estavam muito voltadas para o fato de ela não ser confiável devido às suas distorções e multiplicidades, no momento, tais fatores são valorizados, ao ponto de serem eles os responsáveis por uma melhor compreensão dos valores coletivos, das ações de um grupo e do próprio entendimento do funcionamento da memória, cujas recordações são realizadas a partir do presente e, portanto, do lugar social que o sujeito ocupa na sociedade e de qual memória ele quer deixar para o futuro.

Segundo as conclusões de Alistair Thomson<sup>25</sup>, a partir de uma pesquisa sobre os veteranos de guerra australianos que participaram da Primeira Guerra Mundial, a memória é algo em constante mudança, visto que relembramos a partir do presente e também das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, das maneiras como ao longo da nossa vida retribuímos nossas experiências motivados por fatores internos ou externos.

Alistair Thomson utiliza o conceito de composição para descrever o processo de construção de reminiscências, sobre o qual estabelece dois sentidos:

- 1) compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente;
- 2) temos necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver.

Conseqüentemente, recordar está intimamente ligado à identidade pessoal que construímos ao longo da nossa vida na interação com outras pessoas e com nossa própria vivência.

Esclarecendo melhor esta ligação entre memória e identidade, Thomson afirma:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes<sup>26</sup>.

Ainda de acordo com Thomson, “a experiência nunca termina, é constantemente relembrada e retrabalhada” ao longo da vida, na tentativa de compor uma memória e uma identidade com as quais possamos conviver.

Os trabalhos com a reconstituição da memória levaram os pesquisadores a perceber a multiplicidade da memória individual e da memória social. Na construção da identidade individual, existe um embate entre as diversas memórias do sujeito e destas com as várias memórias do grupo e da sociedade no qual está inserido. É o que Portelli chama de memória dividida<sup>27</sup>.

Concluindo, percebemos que o trabalho com arquivos pessoais demanda um conhecimento diversificado diante das suas inúmeras formas de efetivação. Além disso, as fontes provindas desses arquivos exigem uma análise cuidadosa por parte do pesquisador que não a pode tomar como a memória bruta de alguém, ou como uma fonte que possua unidade e coerência própria. Analisar as fontes provindas dos arquivos pessoais demanda muito mais que conhecimento teórico e metodológicos, exige também uma sensibilidade e uma intuição especiais, visto que estamos lidando acentuadamente com uma parte da experiência humana que envolve as emoções e as sensibilidades alheias.

## Notas

---

\* Texto elaborado a partir do minicurso: Os Acervos Pessoais e a Memória Local, ministrado no IV Encontro do CEDAP. UNESP/Assis, 2006.

\*\* Janete Leiko Tanno é doutora, professora colaboradora da Universidade Estadual de Londrina e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Sobre Cultura, Política E Sociabilidade, do CNPq. – e-mail: [janetetanno@hotmail.com](mailto:janetetanno@hotmail.com)

<sup>1</sup> CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998.

- 
- <sup>2</sup> LEJEUNE, Philippe. Le pacte autobiographique. Paris, Seuil, 1997, APUD FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos* n. 21, 1998.
- <sup>3</sup> Levi, Giovanni. Usos da biografia. IN: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaina. (org). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- <sup>4</sup> GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- <sup>5</sup> Sobre esse assunto vide minha dissertação de mestrado *Repressão e Controle Social no Governo Vargas 1930-1945*, na qual analiso cartas de presos políticos e de seus familiares ao chefe de polícia do Distrito Federal Filinto Muller e a Getúlio Vargas.
- <sup>6</sup> GOMES, Ângela de C. *Op. cit.* p. 19.
- <sup>7</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998.
- <sup>8</sup> POMIAN, Crzyztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Porto:Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p.53.
- <sup>9</sup> ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998. p. 11.
- <sup>10</sup> Idem. p. 11
- <sup>11</sup> Idem. p.14.
- <sup>12</sup> Emile Nouguier foi um criminoso, preso no fim do século XIX, que começou a arquivar sua vida espontaneamente e depois prosseguiu a pedido do médico Lacassagne. Seus manuscritos estão no acervo da Biblioteca Municipal de Lyon.
- <sup>13</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Op. Cit.* p. 41.
- <sup>14</sup> BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 266.
- <sup>15</sup> LEJEUNE, Philippe. Guarda-memória. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.
- <sup>16</sup> FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998.
- <sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaina. (org).. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- <sup>18</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.p. 45.
- <sup>19</sup> DOSSE, François. *História em migalhas*. Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- <sup>20</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala. A Experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.16.
- <sup>21</sup> \_\_\_\_\_ *Sinais*. Raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- <sup>22</sup> IDEM.
- <sup>23</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História. Ética e História Oral*. São Paulo, (15), abril de 1997. p. 57.
- <sup>24</sup> IDEM. p. 16.
- <sup>25</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História. Ética e História Oral*. São Paulo, (15), abril de 1997. p. 57.
- <sup>26</sup> IDEM.
- <sup>27</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. IN: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaina. (org).. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.